

PESQUISA E EXTENSÃO NA UEPG (1990-2000)*

RESEARCH AND EXTENSION IN UEPG (1990-2000)

**Maria Antônia de Souza¹, Alceu Maurício Mendes², Christiane Gaudêncio²,
Graciete Tozetto Góes², Graziella Levandoski Nima², Isabela Mendes²,
Kyla M. L. Ladeira², Marise Wiecheteck², Michele Koehler²,
Paola Scheifer², Roberta Fernanda Halles², Roseli Terezinha dos Santos²,
Tatiana Wiecheteck Nobre², Zeila M. M. Lima², Vânia C. Pauluk²**

¹ Autor para contato: Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Campus Central, Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, Ponta Grossa, PR, Brasil; e-mail: masouza@uol.com.br e graciete@onda.com.br; (42) 220-3374

² Universidade Estadual de Ponta Grossa, Campus Central, Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino; (42) 220-3374

Recebido para publicação em 13/02/2003

Aceito para publicação em 23/04/2003

RESUMO

Este trabalho é resultado das discussões coletivas empreendidas junto ao Projeto de Ensino “Universidade: que espaço é este?”, desenvolvido no período de 2001 e 2002, na UEPG. Os objetivos centrais deste texto resumem-se na apresentação das informações obtidas a partir do levantamento de dados sobre a pesquisa e a extensão na UEPG, assim como no apontamento de reflexões realizadas pelo coletivo, a respeito dos temas universidade, pesquisa, extensão, reforma do Estado e repercussões no campo da educação, autonomia universitária e autonomia de educandos e educadores. A metodologia de pesquisa constituiu-se na realização de levantamento de dados e elaboração de gráficos sobre pesquisa e extensão na UEPG. A partir do levantamento de dados e das discussões coletivas foi possível afirmar que na UEPG houve um incremento das atividades de pesquisa durante a década de 1990, e que este incremento foi movido pelo aumento da qualificação docente. Também existem empecilhos ao desenvolvimento da pesquisa, tanto internos quanto externos, que serão apontados ao longo do texto. O grupo destaca a importância da pesquisa no âmbito institucional, pois esta propiciará o desenvolvimento da autonomia acadêmica, assim como a importância dos projetos de extensão, que constituem o elo mais nítido entre comunidade e universidade.

Palavras-chave: pesquisa, extensão, universidade

* Este artigo foi construído coletivamente, ao longo do período de vigência do projeto.

¹ Coordenadora do Projeto de Ensino.

² Vice-coordenadora do Projeto de Ensino.

ABSTRACT

This work is the result of group discussions undertaken during the development of the Teaching Project “University: what space is this?”, in the years 2001 of 2002 at UEPG (State University of Ponta Grossa). This text consists of information obtained through the gathering of data on research and extension at UEPG, as well as through notes taken by members of the group on the themes: university, research, extension and reforms of the State and their repercussions on education. The autonomy of students and teachers is also analysed. The study shows that there was an increase of research activities at UEPG in the 1990s, and that this increase was a result of the qualification of teachers. The text also describes external and internal obstacles to the development of research. Finally, the group points out the importance of research and extension for academical autonomy and for the interrelation between the university and the community.

Key-words: research, extension, university

1. Introdução

Este artigo apresenta os resultados das discussões e levantamentos de dados realizados no período de 2001 a 2002, no contexto do Projeto de Ensino “Universidade: que espaço é este?”. O referido projeto teve como objetivos centrais analisar as características da pesquisa e da extensão na UEPG. No que se refere às características da pesquisa, o grupo realizou levantamento de dados acerca do número de pesquisas desenvolvidas, no período de 1990 a 2000, na instituição; o número de pesquisas existentes em cada um dos Setores da UEPG, bem como em cada um dos departamentos, por fim, analisou a titulação dos professores da UEPG. No que tange à extensão, foram identificados os projetos executados na década de 1990, bem como os temas, os Setores e os Departamentos nos quais são desenvolvidos.

O levantamento de dados foi realizado junto às Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão e Assuntos Culturais. A partir dos relatórios fornecidos por estas duas instâncias, foram organizados gráficos e debates acerca do tema pesquisa e extensão na UEPG. Paralelo a esta atividade, foram realizados estudos de textos que fundamentaram as análises dos dados obtidos. Dentre os autores estudados destacam-se Inácio filho (1995), especificamente a discussão empreendida sobre pesquisa na universidade; artigo presente na Revista Participação, intitulado

“Repensando a extensão”, publicado pelo Decanato de Extensão da Universidade de Brasília (2001), artigos de Ianni (2002) no qual discutem as características atuais do Brasil, no que se refere à perda de soberania e, portanto, de poder do Estado. O texto de Costa (2000), que contribuiu com as reflexões acerca da Reforma do Estado e da repercussão desta no campo da educação. Também, Góes (1991), em sua dissertação de mestrado, analisou a representação social da UEPG nos aspectos do ensino, extensão e pesquisa.

Este artigo está estruturado da seguinte maneira: apresentação das características da origem da UEPG; reflexão sobre universidade, destacando sua função no campo científico e conseqüentemente no âmbito social; análise das características da pesquisa na década de 1990, na UEPG; análise da extensão na UEPG, na década de 1990 e por fim as considerações finais.

2. Origem da UEPG: principais características

Góes (1991) menciona que a Universidade Estadual de Ponta Grossa é oriunda da primeira instituição de ensino superior do município de Ponta Grossa, instalada em 1949, intitulada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

A Universidade foi se organizando como tal, a

partir do surgimento de várias faculdades³, dentre elas destacam-se Farmácia e Odontologia (1952), desmembrada na Faculdade de Farmácia e Bioquímica e Faculdade Estadual de Odontologia (1966); Faculdade de Direito (1954) e Faculdade de Ciências Econômicas e Administração (1966).

Assim, no ano de 1969 foi criada a Universidade Estadual de Ponta Grossa, como resultado da incorporação das faculdades estaduais já existentes. Ainda conforme Góes (1991), existiam em 1990, na UEPG, 501 professores efetivos e 112 colaboradores; para um total de 6751 acadêmicos. No ano de 2002⁴ foram computados 647 professores, sendo 182 doutores, 280 mestres, 128 especialistas e 57 graduados. Havia um total de 8.040 acadêmicos, distribuídos em 30 cursos⁵, sem incluir os alunos do curso Normal Superior com Mídias Interativas. Quando foi criada, a UEPG possuía 13 departamentos e ofertava 13 cursos. Em 1973 foram criados e instalados o Conselho Universitário, o Conselho de Administração e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgãos máximos da instituição.

A Universidade está organizada em seis setores, sendo eles: Ciências Humanas, Letras e Artes; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Jurídicas; Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Naturais, Ciências Agrárias e de Tecnologia.

3. Universidade: ciência e sociedade

Neste item serão destacadas as reflexões acerca do surgimento da Universidade, aspectos da reforma do Estado e repercussões no âmbito da educação, especialmente do ensino superior; reflexões a respeito do papel do educador e indagações sobre a importância da universidade na produção do conhecimento científico para a sociedade em geral.

3.1. Aspectos da origem da Universidade (Universitas magistrorum et scholarum)

³ Vide Góes (1991, p. 2-3).

⁴ Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, dados de 1 de agosto de 2002.

⁵ Fonte: Pró-Reitoria de Graduação, setembro de 2002.

A origem da Universidade, por volta do século XII, deu-se com o estabelecimento dos *studia generalia*, reunindo grupos de estudiosos no trabalho de editar, coletar e sistematizar conhecimentos. Era em si uma busca “desinteressada” do saber, era local de aprendizagem por excelência, freqüentado por estudantes de diferentes regiões da Europa.

Os *studia generalia* disseminaram-se credenciando para o magistério, conferindo o direito de ensinar em qualquer país do mundo, ou seja, “a outorga do *jus ubique docendi* tornou-se símbolo de distinção das universidades; e fundá-las era reconhecido como prerrogativa da autoridade civil ou eclesiástica” (MINOGUE, 1981, p.16)

A partir do século XIV o termo *universitas* passou a ser utilizado exclusivamente para uma comunidade de professores e alunos, reconhecida e sancionada por uma autoridade eclesiástica ou civil.

O prestígio da Universidade na Idade Média era tal que se colocava lado a lado “...os poderes da Universidade (*Studium*), da Igreja (*Sacerdotium*) e do Estado (*Regnum*)” (MINOGUE, 1981, p.16). Em função disso, estudantes, professores e clérigos das universidades gozavam de privilégios e imunidades (até os dias atuais, juridicamente, quem possui curso superior tem o privilégio de cetera especial no caso de cometer algum delito).

As universidades foram sendo disseminadas pelo mundo e em cada país assumiram características diferentes. Cinco concepções de universidade tiveram influência sobre as demais universidades do mundo. São elas as de concepção idealista: universidade alemã, inglesa e estadunidense e as de concepção utilitária (poder): universidade francesa e a soviética.

A universidade inglesa foi concebida como um centro de educação, local de ensino do saber universal. A universidade alemã foi concebida como uma comunidade de pesquisadores, entendendo que a humanidade aspira à verdade e é preciso procurá-la através da atividade científica acompanhada da reflexão filosófica buscando a unidade do saber. A universidade estadunidense foi concebida como um núcleo de progresso, os objetivos dela foram definidos pela busca do progresso, a vida intelectual não podia ficar

desvinculada da vida prática. A universidade francesa foi concebida por Napoleão como um modelo intelectual. Era considerada um “serviço público do Estado” e assumia a função de conservação da ordem social, sob o controle do poder central. O movimento de maio de 1968 trouxe à tona suas deficiências e reivindicou mudanças.

A universidade soviética foi concebida como um fator de produção com a finalidade principal de edificação da sociedade comunista. Teve preocupações utilitárias com a preparação de homens altamente qualificados. As cotas de diplomados eram fixadas pela nação de acordo com a necessidade de especialistas em determinadas áreas.

É evidente que essas universidades sofreram mudanças que em alguns casos a afastaram do modelo concebido inicialmente. No entanto, essas concepções de uma forma ou de outra influenciaram as universidades criadas no mundo todo.

No caso do Brasil, em diferentes épocas, a universidade sofreu influência ora de um ora de outro modelo. Conforme afirma Inácio Filho (1995) “a universidade brasileira é muito jovem, tendo se tornado realidade apenas no início do século XX (...) O Brasil, em 1940, possuía apenas 21.235 estudantes universitários e formaram-se seis universidades por aglutinação de cursos, sendo que dez anos depois tínhamos 600 cursos, 15 universidades e apenas 37.548 estudantes universitários” (p.33).

Na atualidade, conforme dados do MEC (2001), o Brasil possui 10.585 cursos de graduação presenciais, oferecidos por 1.180 instituições de Ensino Superior, com um total de 2.694.245 alunos. Dessas instituições de ensino, 176 são públicas (61 federais, 61 estaduais e 54 municipais) e 1004 são privadas. Tais números são decorrentes da incrementação do ensino superior nas décadas de 1960 e 1970 e, por último, na década de 1990. Como afirma Durham (2000, p. 245) “a taxa bruta de matrículas no ensino superior, calculada em relação à faixa etária de 20 a 24 anos, que é de 12 %, não pode deixar de ser considerada extremamente baixa, não só em comparação com os países desenvolvidos, mas inclusive em relação a países de renda per capita bem menor do que a brasileira”.

Com a ampliação dos níveis de ensino fundamental e médio, a demanda pelo ensino superior tem

aumentado. Diante da “crise de financiamento” que assola o setor estadual e federal, o setor privado encontra espaço para a sua expansão na década de 1990, principalmente nos últimos anos. Na região dos Campos Gerais, no estado do Paraná, por exemplo, é possível observar a expansão do ensino superior, centrado na criação de faculdades particulares, centros de ensino superior e universidades.

No final da década de 1990, muitos dilemas permearam o debate acerca da universidade pública, dentre eles a idéia de privatização. No entanto, cabe salientar que o processo de privatização das universidades públicas está em curso, mas num formato diferenciado daquele presente no imaginário da sociedade. A face da privatização é visualizada na oferta de cursos “pagos” no interior das instituições “públicas e gratuitas” de ensino. Portanto, calçado no discurso da aquisição de verbas para a manutenção da instituição, os setores das instituições são obrigados a ofertarem cursos, serviços, projetos etc para empresas e para a sociedade em geral, com o objetivo de obtenção de recursos financeiros. Durham (2000) destaca que “não houve uma privatização do ensino superior federal durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. O aumento da participação do setor privado nos últimos 5 anos é muito pequeno, passando de 60,1% em 1995 a 60,7% em 1998 ...” (p.246).

Podemos relacionar esta situação com a Reforma do Estado que segundo Costa (2000), “... foi divulgada pelo governo FHC como condição para o ingresso do país na ‘modernidade globalizada’ (...) A reforma do Estado não foi colocada como um ponto necessário para uma reforma social, ou um ajuste no padrão perverso de desigualdades sociais do país, mas como um elemento de ampliação da lógica da economia para o conjunto da sociedade” (p.65). Assim, no contexto da reforma do Estado, as universidades não sofreram ampliação em termos de construção de novas unidades, o número de vagas foi ampliado em função da ampliação do número de alunos por sala de aula; as verbas para pesquisa, além de serem hierarquizadas (sendo as ciências exatas e biológicas priorizadas) foram reduzidas, tanto no âmbito da pós-graduação, quanto dos programas de iniciação científica.

No campo educacional, inúmeras transformações foram processadas nos últimos anos da década

de 1990, dentre elas a introdução da mídia interativa no processo da formação de educadores. Também, o enfoque nas competências e habilidades dos alunos tem sido destacado como uma das centralidades da educação na atualidade. Fala-se muito na construção da cidadania, no entanto, a autonomia, que seria um dos pilares da cidadania, fica em segundo plano quando há a retomada da ênfase nos aspectos tecnicistas da educação.

Ianni (2002) destaca que “independentemente das intenções dos governantes ou mesmo das intenções do pessoal técnico da área de educação, não há dúvida de que a reforma do sistema de ensino que se realiza no mundo, não só no Brasil, é induzida em grande parte pelo Banco Mundial (...). O Estado, o governo está muito comprometido com as diretrizes que essas organizações multilaterais e as corporações transnacionais definem e impõem” (p. 33).

Diante disto, como pensar a universidade, a ciência e a sociedade? Como tem se manifestado a educação nos dias atuais? Qual tem sido o papel do educador?

3.2. O papel do educador na realidade atual

A universidade deve ser um espaço aberto para discussões sobre assuntos polêmicos atuais abordados pela mídia e que poderão tornar-se alvos de pesquisa. Para proporcionar a formação de um cidadão competente, deve-se articular o ensino, a aprendizagem e também a pesquisa.

Na educação, o Estado se reduz a garantir uma educação básica geral, liberando outros níveis às leis de mercado. Segundo o ideário neoliberal, a educação tem como função formar mão-de-obra para o mercado de trabalho. De olho na melhoria das condições de produção, as empresas investem nas escolas como parceiros em busca de recursos humanos. Assim, o Estado repassa a sua responsabilidade para o setor empresarial e para os setores organizados da sociedade civil.

Quanto ao professor, predomina um discurso de que a ele cabe a culpa pelo fracasso de uma grande maioria de excluídos. Se a educação vai mal a “culpa” é do professor que não tem didática, não é um bom profissional. O professor vive sob pressão. É pressionado pela sociedade, pela Direção da instituição e, às

vezes, acaba ficando sem rumo, o que o leva a agir contra as suas idéias e ideais. No entanto, quando o professor possui uma atitude com características da Autonomia de que fala Freire, o mesmo segue caminhos definidos na execução de objetivos que entende serem os mais adequados para um processo de formação dialógico e problematizador.

Para seguir a carreira de educador, o indivíduo precisa estar ciente de que educar é um ato político, portanto, a neutralidade é uma máscara. Dentro da sala de aula, o espaço é do professor e do aluno. Quando se fecha a porta é que o professor pode fazer a sua revolução oculta e silenciosa, construída e transformada. Numa sociedade democrática, as práticas sociais podem apontar o caminho da participação e da manifestação pública de idéias. Tais práticas sociais ocorrem na sala de aula, nos corredores das instituições de ensino, no bairro entre inúmeros outros espaços.

Assim, o papel do educador envolve constantemente a tomada de decisões. Decisões são opções e estas, por sua vez, denotam a característica da política no campo educacional. No contexto universitário, a intenção é que o educador possa unir o ensino, a extensão e a pesquisa, como componentes imbricados do processo educativo. No entanto, nos dias atuais a realidade educacional, na modalidade do ensino superior, tem sido permeada pela redução nas horas de atividades relacionadas à pesquisa e extensão, além das reduções na oferta de bolsas, por parte das agências financiadoras. Mesmo diante das dificuldades infra-estruturais, muitos educadores desenvolvem projetos de pesquisa, organizam Núcleos e Grupos de Pesquisa, espaços que existem no contexto universitário e que cabe aos acadêmicos envolverem-se e demandarem novos espaços. Esta é a dinâmica que dá sentido ao aspecto educativo no contexto universitário, além das características da “transmissão” de conhecimentos produzidos por outros.

3.3. Universidade: que espaço é este? Qual é o lugar da ciência? Qual é o lugar da sociedade?

Algumas características fundamentais compõem uma universidade: a universalidade de campo, isto é, a oportunidade de professores e acadêmicos terem acesso aos diferentes campos de cultura e ciência; desen-

volvimento de atividades de pós-graduação, com a prática de pesquisa, com setores de especialização, aperfeiçoamento, mestrado e doutoramento, e a extensão de serviços à comunidade. Conforme Moraes (1998, p.21), deve-se sempre notar que o próprio ensino e a pesquisa são também serviços decisivos, aliás, são os serviços centrais da vida da universidade. Algumas vezes, por ingenuidade ou má fé, vezes menos avisadas tendem a compreender a “extensão” como o meio pelo qual a universidade “daria retribuição à sociedade” pelos recursos que recebe.

Os objetivos centrais de uma universidade são produzir e socializar conhecimentos, pois a ciência pretende melhorar as relações interpessoais e a relação das pessoas com o ambiente. Segundo Botomé (1996, p.107), “a universidade é a principal instituição responsável pela produção do conhecimento científico”.

Os cientistas precisam ter um domínio amplo de conhecimentos, relacionando-os às diferentes áreas. Na universidade encontram-se pessoas capazes de produzir conhecimentos científicos, mas não deve-se desconsiderar ou menosprezar a arte, o senso comum, a filosofia e a religião.

A ciência é uma forma de conhecer, é um processo que pode ser realizado de inúmeras maneiras, mas obedecendo características e critérios comuns. Toda investigação científica parte da delimitação de um problema de pesquisa. Quando se institucionaliza um projeto é preciso ter cuidado para não isolá-lo do contexto social, evitando assim, alienação e descompromisso político. A gênese e a destinação da pesquisa são partes integrantes do processo de pesquisa. A comunidade só irá participar ou contribuir com as pesquisas se estas representarem os seus interesses, os quais não se refletem necessariamente em necessidades e benefícios imediatos.

A universidade deve produzir e divulgar suas pesquisas a fim de contribuir para a melhoria das condições de vida da sociedade, ao “formar” uma consciência crítica, na sociedade, de seus problemas e ajudá-la a solucioná-los, capacitando-a para que tal venha a ocorrer. No entanto, como as pesquisas na universidade, muitas vezes, não estão relacionadas com as re-

ais necessidades da sociedade, a extensão é utilizada como redentora da universidade, ao mascarar os seus problemas e apresentar um caráter paternalista. Ao invés de pretender a formação de sujeitos capazes, criativos e críticos, democraticamente organizados, aptos a superarem a condição de massa de manobra ou de objetos. O acesso ao conhecimento produzido pelas pesquisas, deve-se dar também através do ensino, pois a pesquisa é a matéria-prima para um ensino de qualidade. Como destaca Botomé, “o ensino deve ser realista, capaz de auxiliar na solução dos problemas sociais, ser atualizado cientificamente, capacitar os alunos a pensar a partir dos problemas, criar soluções efetivas para esses problemas à luz do conhecimento existente, derivar do conhecimento científico novas formas de conduta profissional e pessoal, agir em função de efeitos ou resultados a longo prazo” (1996, p. 111-112).

Assim, a universidade é um espaço destinado à difusão e produção de conhecimentos. É nela que os sujeitos têm oportunidade de fundamentar os seus conhecimentos, bem como de adquirir referenciais para a tomada de decisões. No entanto, é importante destacar que as universidades inserem-se na dinâmica contraditória da sociedade capitalista, o que possibilita a existência de universidades reconhecidas internacionalmente pela produção de conhecimentos e criticidade, bem como a existência de universidades centradas na transmissão de conhecimentos, dando prioridade ao ensino, ao lado, secundariamente da extensão e da pesquisa.

4. Pesquisa na UEPG: focalizando a década de 1990

Neste item serão apresentados dois gráficos que ilustram o número de pesquisas desenvolvido na UEPG, na década de 1990, bem como o número de pesquisas existente em cada um dos Setores da instituição. Além disto, uma análise relacionada à qualificação dos professores da instituição será destacada.

4.1. Gráfico 1 - Projetos de pesquisa registrados na UEPG e focalizados por Setores

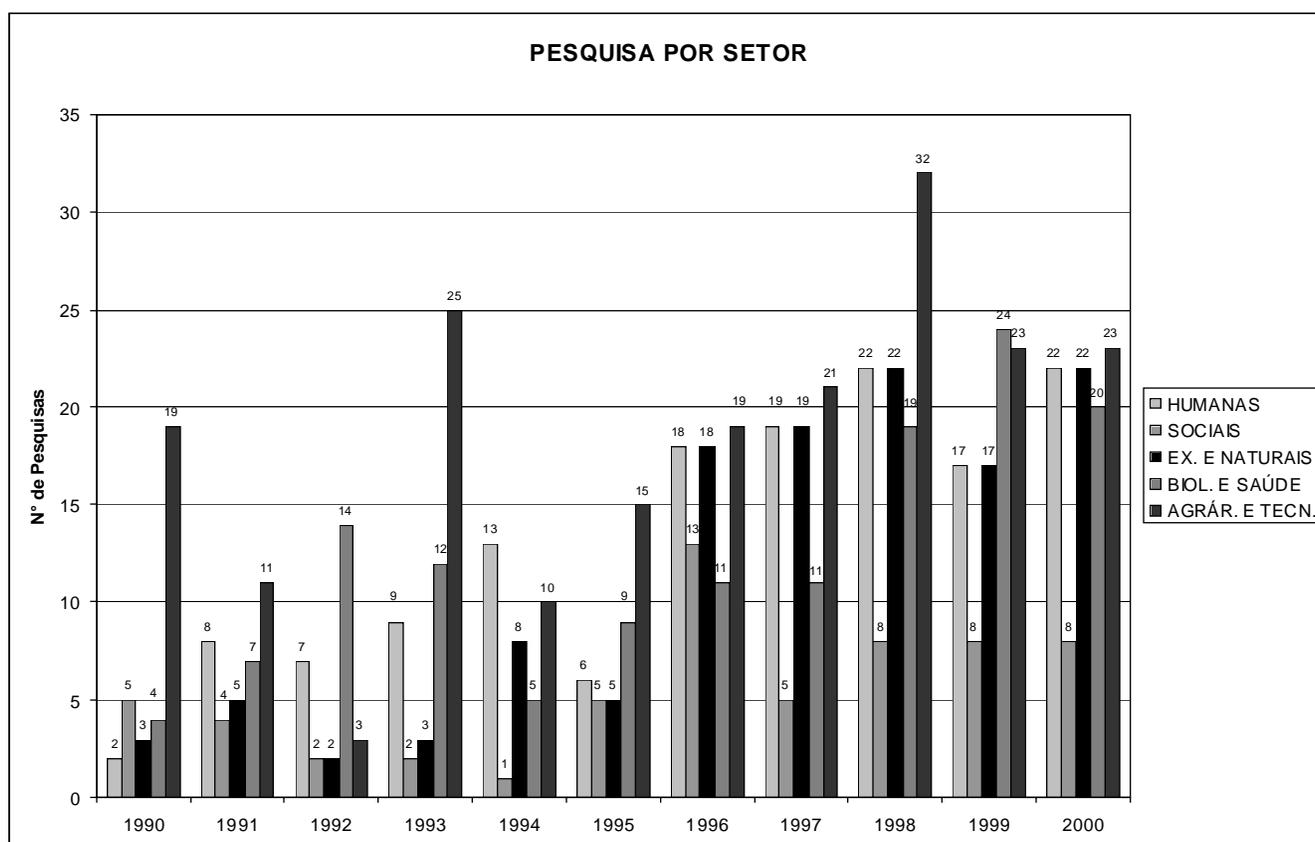
No gráfico 1 é possível verificar a quantidade de pesquisas que foram desenvolvidas na instituição, na década de 1990. Foram registradas as pesquisas que apresentaram relatório final, sendo excetuadas aquelas cujo relatório não foi apresentado ou aquelas que foram abandonadas.

Os Setores de Agrárias e de Tecnologia, Biológicas e da Saúde, Exatas e Naturais, apresentam os maiores números de pesquisa. Uma hipótese para a expressividade do número de pesquisa neste setor pode ser a própria titulação dos professores (maioria mestre e doutor), assim como a participação da iniciativa pri-

vada, que muitas vezes estabelece parcerias com tais setores.

A pesquisa destina-se não somente à criação de conhecimentos mas também à sua aplicação. A extensão faz com que a própria universidade se adapte à realidade social na qual está inserida, proporcionando um melhor funcionamento e um atendimento das necessidades da comunidade. A efetivação da trílogia ensino, pesquisa e extensão constitui um dever de toda a instituição de ensino superior. Quando um destes elementos se extingue esta iguala-se a uma instituição de ensino fundamental ou médio, e deixa de cumprir a sua função social no campo da formação de profissionais aptos a implementarem as melhorias na qualidade de vida da sociedade.

Gráfico 1 - Projetos de pesquisa registrados na UEPG



Fonte: Propesp

Organização: Andressa, Marise, Regiane e Tatiana (acadêmicas do 1º ano de Pedagogia)
Michele e Tatiana (acadêmicas 1º ano de Direito)

4.2. Gráfico 2 - A titulação do corpo docente da UEPG (1990 – 2000)⁶

Partindo da análise do gráfico 2 – Titulação do corpo docente da UEPG, é possível apontar os seguintes aspectos: no ano de 1990 havia um número reduzido de professores doutores e mestres, predominando no corpo docente os especialistas e os graduados. Entre os anos de 1991 e 1994, houve um aumento do número de professores especialistas e o decréscimo no número de professores graduados. No período de 1995 a 1998, houve um aumento substancial no número de docentes titulados mestres e o decréscimo no número de professores especialistas, sendo que o número de graduados continuou a diminuir.

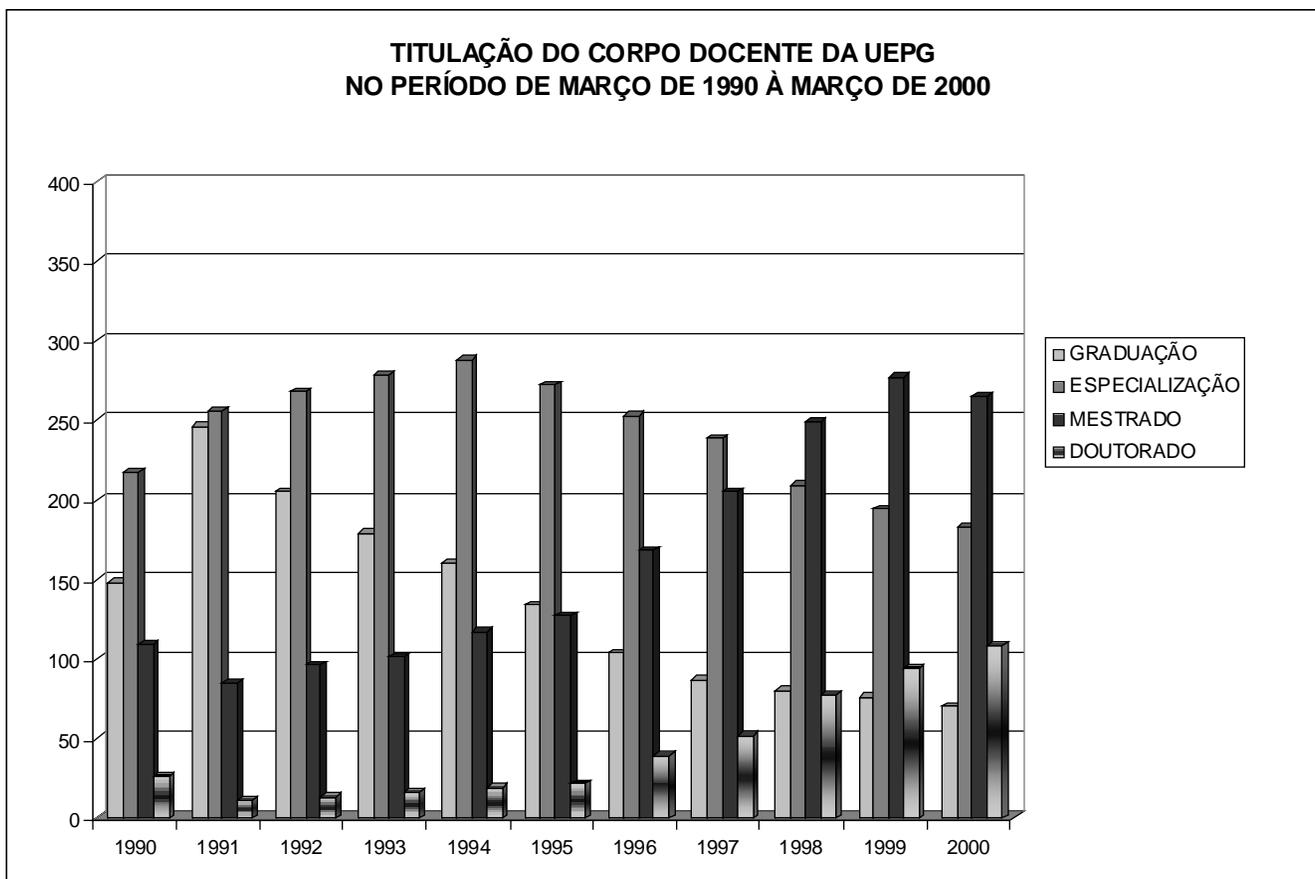
É importante ressaltar que, embora o nível dos

professores titulados mestres e doutores tenha aumentado em proporções consideráveis, o número de professores especialistas e principalmente de professores graduados, decresceu na mesma proporção, demonstrando que não houve um acréscimo substancial na quantidade de docentes e sim uma melhora no nível de titulação.

No âmbito das salas de aula, o número de alunos tem aumentado. Trata-se de uma realidade que é nacional, assim como o número de professores com Tempo em Regime de Dedicção Exclusiva (TIDE) tem sofrido redução, em função do arrocho salarial existente no campo educacional, no geral.

Com o aumento da titulação dos professores, espera-se que haja um aumento na solicitação de bol-

Gráfico 2 - Titulação do corpo docente da UEPG (1990-2000)



Obs.: Os dados referentes a Pós-Doutorado não foram computados, em virtude de não estarem disponíveis em todos os anos.

Fonte: PROPESP/UEPG

⁶ Na elaboração deste item, as acadêmicas Andria Maria Catto Menin do curso de Pedagogia e Marinet Belizario Bueno, do curso de Letras contribuíram efetivamente.

sas de iniciação científica. Em 1990 não havia alunos bolsistas na instituição. Em 1993 a UEPG teve, pela primeira vez, cerca de 20 bolsistas do CNPq⁷. Em 1996, a UEPG passou a oferecer 8 bolsas que viriam acrescentar-se àquelas ofertadas pelo CNPq. Nos últimos anos foram ofertadas 40 bolsas pelo CNPq e 15 pela UEPG. No ano de 2002, conforme descrito mais adiante, houve um corte na oferta de bolsas do CNPq, tendo a UEPG obtido 35 bolsas de iniciação científica.

É preciso destacar que existem cortes nas verbas destinadas para a iniciação científica, dentre outras áreas educacionais. Em 2002, conforme mensagem⁸ enviada aos professores, pelo atual Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Miguel Sanches Neto, foi possível observar que houve um corte nacional no CNPq, entre 2% a 15% no número de bolsas do PIBIC⁹. Conforme afirma o Pró-Reitor, a UEPG perdeu cinco bolsas, sendo que os critérios para o corte das mesmas foram os seguintes: número de pesquisadores cadastrados no currículo Lattes e diretório 5.0 de Grupos de Pesquisa/CNPq; pesquisadores registrados como orientadores de iniciação científica PIBIC; orientadores de bolsistas de mestrado do CNPq; pesquisadores habilitados como orientadores de bolsistas de doutorado no país e pesquisadores da instituição apoiados por bolsas de pesquisa do CNPq; o número de egressos do PIBIC que concluíram mestrado e/ou doutorado reconhecidos pela CAPES¹⁰ e fatores de correção regional estabelecidos pelo CNPq.

Segundo o Pró-Reitor, para reverter esta situação torna-se necessário “incentivar o cadastro dos doutores, mestres e acadêmicos no Currículo Lattes; regularizar os grupos de pesquisa atuais; intensificar o incentivo à consolidação de grupos emergentes; participar do futuro programa de bolsa de iniciação científica da Fundação Araucária; incentivar as orientações de iniciação científica, mestrado e doutorado, mediante o estabelecimento dos grupos de pesquisa, mestrados e programas de doutorado; divulgar amplamente os editais de bolsas de pesquisadores ofertados pelo CNPq; incentivar o bolsista do PIBIC

a ingressar em Programas de Pós-Graduação recomendados pela CAPES; pressionar o CNPq para aumentar a cota de bolsas com base no crescimento da pesquisa na UEPG nos últimos 10 anos ...”. (SANCHES NETO, 2002).

Observa-se, portanto, os desafios externos (política de financiamento de pesquisas) e os desafios internos, relacionados à atuação dos docentes pesquisadores e reivindicações institucionais locais.

5. Extensão na UEPG: focalizando a década de 1990

Conforme definido na Resolução CEPE nº 142 de 1º de agosto de 2000, da UEPG, “A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articulado ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”. Os objetivos das atividades de extensão, conforme definidos na Resolução indicada acima, são os seguintes:

estabelecer relações entre o ensino e a pesquisa com as necessidades da sociedade; realimentar e avaliar o ensino e a pesquisa, contribuindo para a reflexão crítica de concepções e práticas curriculares e a sistematização do conhecimento produzido; capacitar os acadêmicos diante das exigências mais características do mercado de trabalho e adequar sua formação profissional às necessidades sociais; contribuir para a melhoria dos padrões sócio-econômicos, políticos e culturais da comunidade.

Quanto às modalidades de extensão, existem os *cursos* que podem ser de atualização (com duração de no mínimo 15 horas e no máximo 60 horas) e de aperfeiçoamento (com duração igual ou superior a 60 horas). Existem *os eventos de extensão*, tais como os congressos, simpósios, conferências, semanas de estudo entre outros. Por fim, *os serviços de extensão*,

⁷ Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento.

⁸ Mensagem eletrônica enviada no dia 13 de setembro de 2002, pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Miguel Sanches Neto.

⁹ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

¹⁰ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

que objetivam interligar universidade e sociedade.

A extensão pode acontecer através de parcerias entre Universidade e empresa, sendo que essa é, eventualmente, responsável pelo financiamento de bolsas para acadêmicos que atuam em projetos ligados a ambas as partes.

Pode-se citar, como exemplo dessas parcerias no contexto da UEPG, o projeto *Pedagogia Hospitalar*, integrado ao Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino e ao Departamento de Educação, à UNIMED e à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa; o projeto *Plantas Mediciniais: cultivo e coleta*, entre o Curso de Farmácia, Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e Farma Ervas e o projeto *Saúde e Integração Social*, envolvendo o Departamento de Educação Física e a Guarda Mirim¹¹.

Com relação aos cursos de atualização e aperfeiçoamento e aos eventos de extensão, cumpre dizer que muitos deles têm como finalidade primeira, a captação de recursos, já que “se tornou oficial o incentivo a que as universidades públicas busquem auferir recursos financeiros para complementar sua receita” (MICHELOTTO, 2001, p.11).

Tal afirmação, no entanto, não nega a importância desses cursos, no que se refere à qualificação profissional proporcionada ao público, através deles. Nesse quadro, situa-se o Curso de Línguas Estrangeiras para a Comunidade, o CLEC, oferecido pelo Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas, da UEPG, o qual conta com professores da universidade e estagiários do curso de Letras dando aulas. Tal modelo, segundo Freire (2001), se fundamenta na importância do caráter educativo da prestação de serviços por parte das universidades cuja origem se dá nas universidades norte-americanas e européias no fim do século passado. Ou seja, os acadêmicos têm a oportunidade de aprender sua profissão prestando esse serviço à comunidade como complementação a uma educação teórica. Não se entende, porém, essa atividade “como forma de desenvolver atividades de pesquisas na busca de solução de problemas localizados e específicos”. (FREIRE, *ibidem*, p.24)

Na realidade, em detrimento das atividades de

pesquisa que o curso de extensão poderia proporcionar aos acadêmicos envolvidos, busca-se antes de tudo, apropriar-se de uma forte demanda do mercado, a língua estrangeira, ofertando-a para um determinado público, restrito geralmente à comunidade acadêmica, que busca no aprendizado de uma segunda, terceira ou quarta língua, a possibilidade de se adaptar às exigências do mercado de trabalho.

Neste item do artigo será mencionada a modalidade Serviços de Extensão, caracterizada pela existência de inúmeros projetos, seja na área Jurídica, na área da Saúde, da Assistência Social, da Educação entre outras. Serão tecidas considerações sobre a atividade de extensão realizada na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, na década de 1990, a partir de dados cedidos pela Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, que posteriormente foram organizados em gráficos.

No que se refere à origem da Extensão no Brasil, Guimarães (2000, p. 55-57) afirma que:

A história da extensão no Brasil, tem dupla origem: Uma de vertente popular baseada na extensão praticada nos Estados Unidos, de cunho positivista que tinha como objetivo proporcionar curso as camadas populares, surgida entre 1914 e 1917, como o nome de Universidade Popular na Universidade Livre de São Paulo e outra surgida nas faculdades de agronomia de Lavras e Viçosa, também no Estado de São Paulo, com objetivos de disseminar os conhecimentos produzidos nessas faculdades para produtores rurais da região. É importante ressaltar que o desenvolvimento da extensão se dá pela participação do movimento estudantil – UNE, que foi criado em 1938, que levou os estudantes brasileiros à luta por uma universidade comprometida com os problemas sociais e, na década seguinte o incremento da extensão se deu sob a liderança de Paulo Freire, que contou com a mobilização de estudantes universitários na tarefa de alfabetização de adultos, utilizando-se do que ficou sendo chamado de “Método Paulo Freire”.

Nos meados da década de 1960 e na década

¹¹ Dados coletados junto à PROEX, relativos à extensão feita em parcerias nos anos 90.

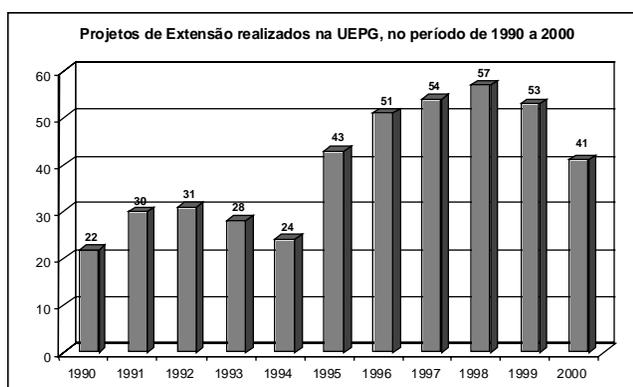
de 1970, houve um decréscimo das atividades extensionistas no Brasil causado pela lei 5540/68, que versava sobre a reforma universitária que, mesmo sob protestos, foi imposta pelo governo militar. No que tange à extensão, a Lei causou o afastamento da extensão em relação à pesquisa e ao ensino, assim como da esfera administrativa; isto se deu pela a criação das pró-reitorias e da departamentalização das universidades, que causou uma excessiva burocratização, dificultando a comunicação efetiva entre essas quatro instâncias universitárias. Este modelo administrativo sofreu pouquíssimas mudanças e vigora até os dias de hoje.

Em 1987, os pró-reitores de extensão das universidades públicas, definiram no fórum nacional a extensão como o “processo educativo cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”.

Deste ano em diante, houve um aumento paulatino da extensão nas universidades públicas, entretanto a extensão ainda é a face menos difundida da universidade, talvez por sua história recente, se comparada com a atividade de pesquisa e ensino, por exemplo.

A situação da extensão na UEPG, na última década pode ser visualizada no gráfico 3:

Gráfico 3 - Projetos de Extensão



Fonte: PROEX.

Organização: Alceu Maurício Mendes, 2002.

Observa-se que entre 1990 e 1994, as atividades extensionistas eram tímidas, mas isso se deu em virtude da população universitária ser menor naquela época, pois até 1992, existiam 3 setores e a partir de 1993, houve um aumento no número de cursos de graduação.

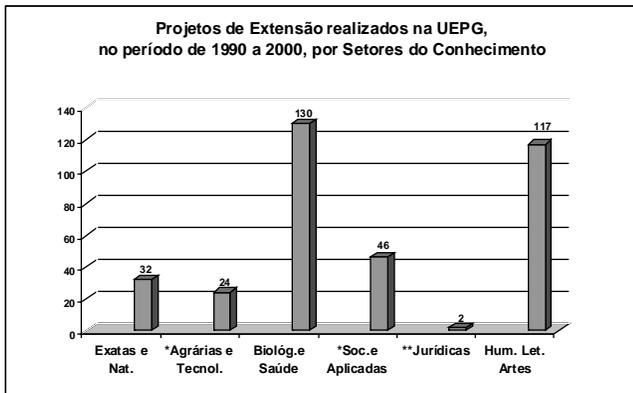
Nos anos de 1995 a 1998 houve um aumento substancial nas atividades de extensão, sendo que no ano de 1998, esse aumento atingiu o seu ponto máximo (para o período analisado), isso aconteceu em virtude do aumento continuado da população universitária, e porque nos anos de 1997 e 1998, foram concedidas bolsas de extensão, que eram poucas mas foi um dos fatores que ajudou a fomentar a extensão.

A partir de 1999, a atividade extensionista começou a se retrair novamente e, segundo a prof^a. Ana Maria Sales Rosa (em entrevista, 2002), isto se deu por um amálgama de fatores, sendo que os principais foram: *O aumento do número de cursos* e o consequente aumento do número de alunos, sem o aumento nas mesmas proporções do número de docentes, o que vem causando indisponibilidade de professores, com relação à carga horária. *O corte, neste mesmo ano, das bolsas de extensão* por conta de parcos recursos e a política de contenção de gastos públicos promovido pelo estado neo-liberal.

Os professores, a partir de 1998, passaram a se preocupar com sua titulação e começaram a fazer seus cursos de mestrado e doutorado, afastando-se da universidade, sendo substituídos por professores colaboradores, que têm um vínculo menor com a Instituição. Quando os professores retornavam de seus cursos *stricto sensu*, vinham mais preocupados em continuar os seus estudos em forma de pesquisa, pois a pesquisa, propicia a reflexão distanciada sobre o objeto de pesquisa, ou seja a produção de artigos científicos, que oferecem pontos para a carreira docente, assim pelo lado da pesquisa, o dizer “se não está publicado não existe” é levado a extremos e pelo lado da extensão é muitas vezes caracterizado como “uma perda de tempo”.

O número de projetos de extensão, desenvolvidos nos setores da UEPG, pode ser visualizado no gráfico 4.

Gráfico 4 - Projetos de Extensão por Setores de Conhecimento



Fonte: PROEX, 2002.

Organização: Alceu Maurício Mendes, 2002.

É possível constatar que a atividade de Extensão esteve presente durante a década de 1990 na UEPG, nos vários setores, destacando-se aqueles vinculados às Ciências Sociais Aplicadas, Jurídicas e Saúde. As atividades extensionistas podem ter várias características, dentre elas podemos destacar a vertente assistencialista e a vertente problematizadora. São dois extremos de um processo extensionista e para verificar quais as características dos projetos desenvolvidos na UEPG, seria necessário a elaboração de uma pesquisa específica.

6. Considerações finais

Tomando como referência os dados a respeito da pesquisa e da extensão na UEPG é possível afirmar que na década de 1990 houve um crescimento no número de pesquisas, concomitante ao aumento do número de professores titulados. Quanto às atividades de extensão, no âmbito dos serviços de extensão, foi possível constatar que os setores mais empenhados em

tal atividade são: Biológicas e Saúde; Humanas, Letras e Artes e o setor de Ciências Sociais Aplicadas.

A instituição tem sofrido modificações que são visíveis nesta última década, dentre elas podemos destacar as seguintes: o aumento do número de cursos de graduação e de pós-graduação ofertados; a ampliação do número de pesquisas e atividades de extensão, principalmente ao final dos anos 1990; a qualificação do corpo docente através da realização de cursos de mestrado e doutorado; a ampliação do espaço físico destinado a salas de aulas e laboratórios, dentre outras. Ao mesmo tempo em que temos tais incrementos na instituição, participamos de uma dinâmica nacional de “enxugamento de gastos com o setor público”, com isto, tanto no âmbito salarial quanto no infra-estrutural, alguns setores do conhecimento vivem carências, o que torna moroso o processo de transformação pelo qual passa a instituição ora focalizada.

Ao longo deste estudo a intenção foi mostrar como foi sendo modificado o espaço universitário, bem como quais as possibilidades que nele existem. É importante salientar que uma universidade que ofereça oportunidades no âmbito da pesquisa e da extensão, desenvolverá um ensino de maior profundidade. Os acadêmicos que se inserem em processos de pesquisa ou de extensão vivem realidades “novas” que incrementam a construção de conhecimentos e a iniciativa independente na interpretação e elaboração dos mesmos.

REFERÊNCIAS

- 1 BOTOMÉ, S.P. **Pesquisa alienada e ensino alienante**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- 2 COSTA, Lúcia Cortes. O governo FHC e a reforma do Estado brasileiro. In: **Pesquisa e Debate**, vol. 11, n. 1(17). Revista do Programa de Estudos e Pós-graduados em Economia Política. PUC/SP, 2000.
- 3 DURHAM, Eunice Ribeiro. A educação no governo Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 11(2), outubro de 1999. Editado em 2000.
- 4 FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. RJ: Paz e Terra, 1987.

- 5 FREIRE, Roberto de Barros. Extensão universitária: do discurso à prática. In: **Revista Participação**, n. 10, ano 5, nov. 2001. Revista do Decanato de Extensão Universitária da Universidade de Brasília. Brasília/DF.
- 6 GÓES, G. T. A representação social da Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1991.
- 7 GUIMARÃES, Ana M de Mattos. Extensão universitária como reconfiguração de saberes. In: LEITE, Denise B. C. e MOROSINI Marília. (orgs.) **Universidade Futurante**: produção de ensino e inovação. São Paulo: Papyrus, 2000. p. 55-75.
- 8 IANNI, Octavio. Esse governo fez do país uma província do capital mundial. Entrevista concedida à **Revista Caros Amigos**. São Paulo, janeiro de 2002. p. 30-33.
- 9 INÁCIO FILHO, Geraldo. **A monografia na universidade**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- 10 KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. R: Paz e Terra, 1976.
- 11 MARX, Karl. **O manifesto comunista**. RJ: Paz e Terra, 1997.
- 12 _____. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. 4. ed. RJ: Paz e Terra, 1978.
- 13 MICHELOTTO, Regina Maria. Extensão universitária: terceira atividade? In: **Revista Participação**, n. 10, ano 5, nov. 2001. Revista do Decanato de Extensão Universitária da Universidade de Brasília. Brasília/DF.
- 14 MINOGUE, Kenneth. **O conceito de universidade**. Brasília: Unb, 1981.
- 15 MORAES, R.C.C de. Universidade hoje: ensino, pesquisa, extensão. In: Revista **Educação e Sociedade**, ano XIX, n. 63, agosto de 1998. Campinas: CEDES.
- 16 SANCHES NETO, Miguel. **Mensagem eletrônica**. Ponta Grossa. 13 de setembro de 2002.
- 17 TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. SP: Atlas, 1987.
- 18 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Resolução CEPE nº 142, 01 de agosto de 2000. Ponta Grossa.